

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO UNISAGRADO

LUCAS TACONI ANTONIO

**A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA TUPI NAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS DO
INTERIOR DE SÃO PAULO**

BAURU

2022

LUCAS TACONI ANTONIO

**A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA TUPI NAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS DO INTERIOR
DE SÃO PAULO**

Projeto de Iniciação Científica apresentado a Área de
Exatas, Humanas e Sociais Aplicadas do Centro
Universitário Sagrado Coração.

Orientador: Prof.^a Dr. Antônio Walter Ribeiro de
Barros Junior

BAURU

2022

Ficha Catalográfica

Dedico esse trabalho a minha família, que sempre incentivou minha educação, e a todos os professores que colaboraram na minha formação ao longo de minha trajetória educacional, em especial ao Professor Antônio Walter Ribeiro de Barros Junior, cujo apoio e incentivo constante foi essencial para conclusão desse projeto.

AGRADECIMENTOS

É com imensa alegria e sentimento de satisfação que agradeço a toda dedicação e incentivo do meu orientador e professor Antônio Walter Ribeiro de Barros Junior, cujas aulas foram minha inspiração para elaboração desse projeto e que acolheu minhas idéias com muito entusiasmo e seriedade.

A instituição Centro Universitário Sagrado Coração (Unisagrado) e a Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Universitário Sagrado Coração, que me oportunizaram o aprendizado através da Iniciação Científica.

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar as influências da língua tupi na formação das variações linguísticas do interior do estado de São Paulo. Para tanto, foi feita uma investigação bibliográfica sobre o processo histórico pelo qual passou a língua portuguesa no Brasil, destacando o papel do tupi nessa formação. Levando em consideração o protagonismo dos bandeirantes na expansão e popularização do tupi, se pretende questionar o quão forte são as influências que essa língua exerce até hoje no sotaque e no léxico do interior paulista. Também foi analisado as consequências do processo de sistematização e instrumentalização da língua tupi elaborada pelos padres jesuítas tendo em vista seus objetivos catequéticos, mas que colaboraram para consolidação da preferência em se utilizar a língua nativa ao em vez da européia por parte dos habitantes da colônia. Foram reunidos dados de pesquisas que representam a situação atual de fala das populações da região estudada e se prosseguirão análises sintáticas, morfológicas e lexicais com o intuito de identificar as raízes indígenas desse vocabulário. Espera-se que, com esse trabalho, se diminua o distanciamento em que se encontram, muitas vezes, os habitantes de São Paulo em relação aos povos indígenas brasileiros, mostrando o quão próximas são as heranças culturais paulistas advindas da matriz tupi..

Palavras-chave: Língua tupi, São Paulo, variação linguística, formação histórica, léxico.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the influences of the Tupi language in the formation of linguistic variations in the interior of the state of São Paulo. Therefore, a bibliographic investigation was carried out on the historical process through which the Portuguese language passed in Brazil, highlighting the role of Tupi in this formation. Taking into account the role of the pioneers in the expansion and popularization of Tupi, it is intended to question how strong are the influences that this language exerts until today in the accent and lexicon of the interior of São Paulo. It was also analyzed the consequences of the process of systematization and instrumentalization of the Tupi language elaborated by the Jesuit priests in view of their catechetical objectives, but which contributed to the consolidation of the preference in using the native language instead of the European one by the inhabitants of the colony. Research data were gathered that represent the current speech situation of the populations of the studied region and syntactic, morphological and lexical analyzes will continue in order to identify the indigenous roots of this vocabulary. It is hoped that, with this work, the distance in which the inhabitants of São Paulo often find themselves in relation to Brazilian indigenous peoples will be reduced, showing how close are the cultural heritages of São Paulo arising from the Tupi matrix.

Keywords: Tupi language, São Paulo, linguistic variation, historical formation, lexicon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Bandeiras de apresamento e o sertanismo de contrato – Multírio, Rio de Janeiro.....08
- Figura 2 – Distribuição dos grupos indígenas no Brasi – Atlas histórico escolar (1993).....11

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA.....	10
2. METODOLOGIA.....	9
3. RESULTADOS.....	10
3.1 TRAJETÓRIA DA LÍNGUA TUPI NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO .	10
3.2 ADAPTAÇÕES FONÉTICAS E SIMPLICAÇÕES MORFOLÓGICAS.....	14
3.2.1 ADAPTAÇÕES FONÉTICAS: CONSOANTES LÍQUIDAS.....	15
3.2.2 ADAPTAÇÕES FONÉTICAS: ENCONTROS CONSONANTAIS,.....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	21

1.0 INTRODUÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA

Dentre todos os países que possuem o português como língua materna, o Brasil é seu representante mais expressivo, dada sua extensão territorial e populacional. No entanto, se comparado ao português falado em Portugal e nos demais países da lusofonia, as variações do Brasil possuem diferenças tão fortes que por vezes sequer parecem pertencer ao mesmo grupo linguístico.

Como bem se sabe, as matrizes étnicas que formaram nossa civilização são: o branco europeu, o indígena e o negro africano. A riqueza de nosso vocabulário se deu pela miscigenação, não somente biológica, mas também cultural desses três povos.

Todavia, o que pouco se sabe entre os brasileiros é que o português nem sempre foi a língua padrão de nosso país, mesmo após a colonização. Por três séculos, o tupi foi a língua popular do Brasil, enquanto o português se restringia apenas à elites e à algumas esferas públicas. Sampaio afirma que “até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português” (1987, p. 69).

Quando os brancos desembarcaram pela primeira vez, os povos tupis eram os dominantes da costa do Brasil (RIBEIRO, 1996). Ao chegarem os missionários jesuítas, esses trataram logo de aprender a língua a fim de transformá-la em instrumento de evangelização para conversão dos selvagens.

Tão grande foi a excelência do trabalho jesuítico em recompor e ensinar o tupi que, além de torná-la a língua da pregação do evangelho, tornou-a também o dialeto comum da população que ali surgia (NETTO, 1993). Mamelucos, padres e colonos, todos se comunicavam por esse mesmo idioma, que era de fácil compreensão aos povos indígenas da região, já que todos derivavam do mesmo tronco linguístico.

Porém, a expansão da língua tupi por todo o território nacional se deu por obra dos paulistas mais temidos de nossa história, os bandeirantes. Filhos de portugueses com índias brasileiras, possuíam em si traços tanto de seus parentes indígenas como dos europeus, desses últimos, conservavam a religião e a ganância mercantilista, dos primeiros, herdaram as técnicas de sobrevivência na mata e a língua. A seu respeito Darcy Ribeiro disse:

Os núcleos paulistas, vinculados a uma economia mercantil externa e motivados por ambições enriquecimento, não queriam apenas existir como os índios com o quais quase se confundiam. [...] Armados de uma tecnologia rudimentar, mas muito superior à tribal; amalgamada de elementos europeus e indígenas, seu destino era lançar-se sobre as gentes e sobre as coisas da terra, apesando e saqueando o que estivesse em seu alcance, para assim afirmar-se socialmente. (1996, p. 367).

As bandeiras reuniam centenas de pessoas, famílias de colonos e de índios. Desbravavam os sertões do país, partindo do interior de São Paulo até os rincões mais profundos dessa terra. Saqueavam missões jesuíticas, invadiam aldeias e escravizavam índios para vendê-los nos engenhos de açúcar e exportá-los para Europa, além de caçar e matar escravos negros fugitivos.

Ao encontrarem fontes riquíssimas de ouro e metais preciosos, especialmente na região onde hoje é o estado de Minas Gerais, as bandeiras foram se estabilizando e se transformando em grandes assentamentos de garimpo, o que também fez surgir vilas e cidades. Tendo se esgotado as minas, viram-se desestabilizados, sendo obrigados a voltar ao estilo de vida que levavam antes da ascensão das bandeiras. Era o cultivo de subsistência, isolados em pequenos grupos na imensidão do sertão paulista, formando bairros muito simples, cujas tradições se veem vivas até os dias de hoje no interior do estado.

Durante todo esse processo de expansão e civilização, o tupi foi sendo difundido como língua nacional. Sampaio diz sobre as bandeiras que:

Se por toda parte onde penetravam, estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, a qual, só mais tarde, se introduzia com o progresso da administração, com o comércio e os melhoramentos (1987, p. 71)

Figura 1: Bandeiras de apresamento e o sertanismo de contrato



O português só se difunde no Brasil com a ascensão do poder público sobre a colônia, por ocasião do decreto de Marques de Pombal que expulsou os jesuítas e proibiu o ensino do tupi (NETTO, 1993) e, posteriormente, com o fortalecimento do Império Brasileiro, que toma medidas para unificação linguística do país.

Hoje vemos claramente que o projeto que teve por meta garantir o português como única língua nacional, teve sucesso. A fala cotidiana de outras línguas no Brasil acontece apenas nas aldeias e reservas indígenas, onde se conservam as comunidades tradicionais. No entanto, o uso abundante do tupi pela maior parcela da população durante séculos de nossa história com certeza deixou marcas no nosso linguajar que prevalecem até os dias de hoje.

Sendo o estado de São Paulo o polo de onde se espalhou a língua tupi para todo o território brasileiro, sua influência, tanto na língua falada quanto na nomenclatura de elementos locais, é de evidência ainda maior. Amaral afirma que “só no município de São Paulo e nos que com ele confinam se contam por dezenas os rios, riachos, montes, bairros, fazendas e povoados com denominações tupis tradicionais” (1995, p. 14).

Nota-se, no entanto, uma grande alienação por parte da população dessa região a respeito das fortes heranças indígenas que sua cultura sofreu, especialmente na língua.

Com essa pesquisa, se pretende tornar mais clara as influências que o tupi exerce sobre a formação linguística do interior de São Paulo, fazendo para tanto uma pesquisa de base bibliográfica, recolhendo informações e apresentando-as de forma sistemática. Foram consultados renomados antropólogos e etimólogos que estudaram a formação linguística e cultural do Brasil e também o resultado de pesquisas já realizadas nessa mesma área de estudo.

Durante toda a formação escolar, as escolas brasileiras estudam sistematicamente a língua portuguesa, buscando o domínio de sua gramática e o uso eficaz da linguagem. O Brasil, portanto, é imaginado como uma nação de formação linguística única. Se há alguma referência escolar às influências das línguas indígenas na formação do português brasileiro, ela se restringe a nomes de animais, objetos, cidades etc.

Entender que o Tupi foi a língua mais falada no país durante seus primeiros séculos nos ajudará a entender o porquê do Português brasileiro ser tão diferente do português falado nos demais países da lusofonia.

Dentre as regiões mais afetadas pela língua indígena se destaca o interior do estado de São Paulo, graças ao processo específico de formação histórica sofrido por essa população. Reconhecer essas raízes nas variações linguísticas dessa região ajudará a fortalecer a identidade cultural do interior paulista.

2.0 METODOLOGIA

Esse é um trabalho qualitativo de base bibliográfica. Buscou-se na literatura científica referenciais sobre a formação histórica e linguística do Brasil, especialmente ao que se refere ao estado de São Paulo.

Também foram buscados estudos sociolinguísticos que sistematizem as variações linguísticas encontradas no interior de São Paulo, a fim de analisar metodicamente as influências tupis presentes nas mesmas. Para esse fim, utilizaremos as entrevistas transcritas no livro “Filologia Bandeirante” (MAGALE, 2000) em que foram compilados dados linguísticos de uma pesquisa de campo realizada junto a população da zona rural de Taubaté – SP.

3.0 RESULTADOS

As subdivisões de apresentação dos resultados se iniciam com uma breve retomada do percurso histórico do tupi em território brasileiro a partir do início da colonização, destacando o papel dos jesuítas e dos bandeirantes para a expansão do idioma e as iniciativas que objetivam suprimir sua utilização. Em seguida, partindo de fundamentações linguísticas, é explicado de maneira sucinta, com base em pesquisa bibliográfica, como se dão as influências fonéticas do tupi e o fenômeno das reduções morfológicas.

Tendo em vista que um dos aspectos mais ricos de remanescência da língua em análise está no léxico do português, resumimos uma lista com alguns dos principais vocábulos de origem tupi que são empregados até hoje, especialmente entre as populações do interior paulista. Esta lista inclui, principalmente, a toponímia, a fauna e a flora local, além de alguns objetos de uso cotidiano.

Por fim, conforme fora proposto como parte do projeto dessa pesquisa, foram analisados alguns trechos de transcrição de falas da população da região interiorana rural de Taubaté, que se encontram na obra “Filologia Bandeirante” (MAGALE, 2000).

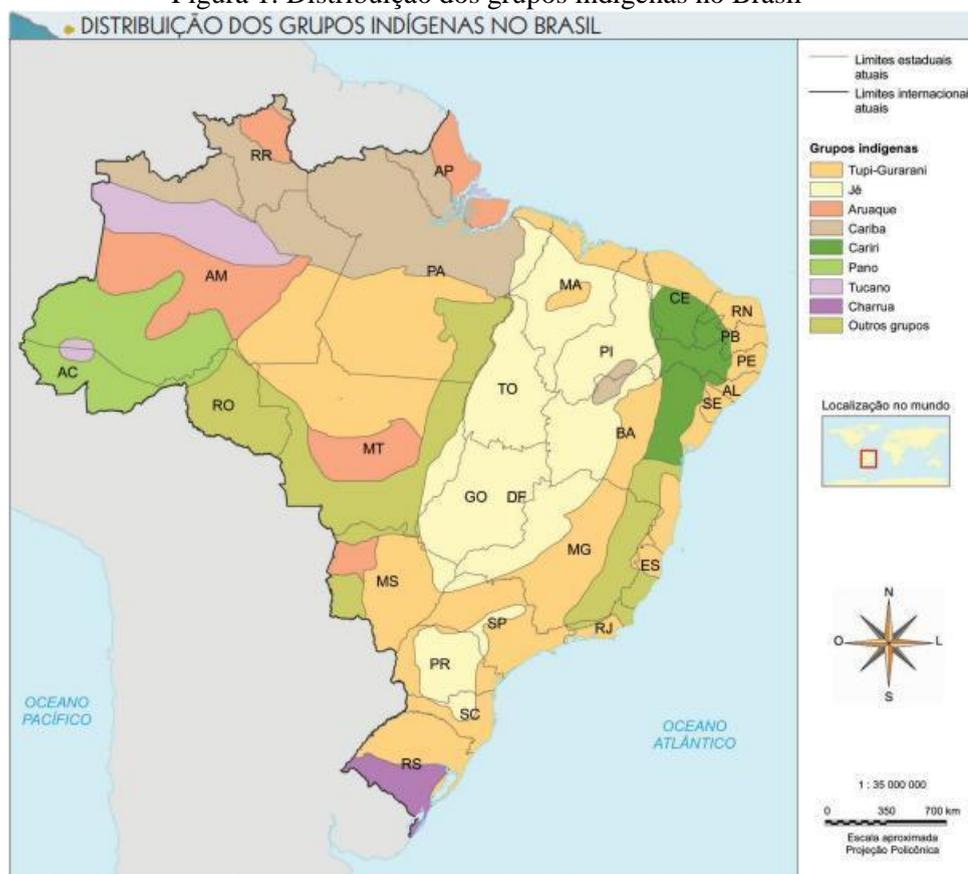
3.1 Trajetória da língua Tupi no interior do estado de São Paulo

Quando nos referimos à língua tupi, na verdade estamos fazendo uma generalização de todas as variações do tupinambá faladas amplamente pelos primeiros habitantes da costa brasileira. O Tupi Antigo corresponde apenas à variação do tupinambá que era falada na capitania de São Vicente, todavia, por ter sido essa a variação aprendida e sistematizada pelos missionários jesuítas e que, por conseguinte, se espalhou massivamente através das missões catequéticas e, posteriormente, pelas expedições bandeirantes, a ela foi dada a primazia como definição do que seria a língua geral falada por essas populações, como explica Moreira (2005):

Se fôssemos, então, classificar a língua brasílica pelo aspecto territorial, deveríamos chamar a língua indígena de tupinambá e não de tupi. Se fôssemos, de outra maneira, designar a língua nativa de tupinambá por seus elementos gramaticais mais utilizados que na variante tupi, deixaríamos de perceber que aquele apresentava inúmeras variações entre si. Pensou-se, portanto, que se o tupinambá não era uno, tal termo não mereceria o caráter designativo genérico. Entretanto, já o tupi, teve profunda aceitação e, portanto, larga difusão, funcionando como o termo designativo do tupinambá, tupiniquim e tupinaé. (p. 5)

Esta é a língua a qual nos referimos quando refletimos sobre as influências deixadas pela mesma no linguajar dos povos paulistas interioranos.

Figura 1: Distribuição dos grupos indígenas no Brasil



Fonte: Atlas histórico escolar

Assim como foi importante a definição dos elementos linguísticos aos quais buscamos investigar, também foi fundamental definir, por menor, qual é o recorte da população em análise e como se caracterizam certas variações linguísticas típicas da mesma.

Tal como fora brevemente explicado na introdução dessa pesquisa, a formação histórica social e cultural das populações paulistas tiveram um processo comum que as distingue dos processos vivenciados por outras regiões do país.

Diferentemente do que representa o estado de São Paulo no cenário nacional atual (sendo o principal polo empresarial, acadêmico e econômico do país), durante séculos após o início da ocupação portuguesa, essa região foi habitada por um povo muito pobre e isolado dos grandes centros urbanos, como explica Darcy Ribeiro (1996):

Não tendo grandes engenhos de açúcar, que eram a riqueza do tempo, tampouco tinham escravaria negra, e raramente um navio descia até o ancoradouro de São Vicente. Ao fim de um século e meio de implantação, os núcleos paulistas mais importantes eram arraiais de casebres de taipa ou adobe, cobertos de palha. (RIBEIRO, p. 156)

As antigas comunidades paulistas foram formadas por bandeirantes cujas expedições não resultaram em grandes riquezas, sendo assim obrigados a se estabelecer em pequenos bairros no sertão paulista, adotando um modo de vida rudimentar de subsistência e com muita pouca interação com elementos que fossem externos aos seus núcleos habitacionais (RIBEIRO, 1996).

Assim como muitos costumes indígenas se preservarem, a língua dos nativos e das bandeiras também se preservou, “em família e também nas relações entre paulistas, só se falava a língua geral, que era uma variante do idioma dos índios Tupi de toda a costa.” (RIBERIO 1996, p. 156).

O uso da língua geral, que como dito acima, era uma variação do tupi antigo, só foi interrompido por obra do então Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino de Portugal, o Marquês de Pombal:

Todo esse processo de veiculação da língua e da cultura tupi sofre, no entanto, uma interrupção brusca, quando o Marquês de Pombal, em meados do século XVIII, expulsa os jesuítas e proíbe o uso e o ensino da língua tupi no Brasil, a exemplo do que ocorrera na Europa no tempo das conquistas latinas. (NETTO, 1993, p.28).

Tal proibição condicionou que a população do Brasil fosse gradativamente abandonando suas línguas tradicionais para aprenderem a língua portuguesa, que, conforme fora pensado por Pombal, deveria ser a única língua falada em Portugal e em todos os seus territórios conquistados.

No entanto, a incorporação do português por parte dos povos que aqui, até então, não possuíam o domínio dessa língua, inevitavelmente resultaria em variações linguísticas que as distinguiram nitidamente do modo de falar da capital.

E ao tratar especificamente do linguajar formado na região da antiga Paulistânia¹, alguns traços da variação tupi falada anteriormente por eles se mantiveram na forma de substrato na nova língua, como explica Moreira:

Ao observarmos atenciosamente o português do Brasil, percebemos que possui algumas diferenças do português de Portugal. Mesmo sendo este país o introdutor da língua portuguesa naquele, é notório que inúmeras mudanças ocorreram em vários campos linguísticos, a saber: léxico, fonética, sintaxe, semântica, etc. Isso se deve ao fenômeno do substrato. Segundo este conceito, quando uma nação domina sobre outra, impondo-lhe sua cultura, a tendência natural é que a língua do povo dominador sofra alterações por receberem influências da língua do povo dominado que não desaparece. Entretanto, sobrevive através de vocábulos incorporados ao vernáculo imposto. Esse aspecto é facilmente perceptível em nossa língua, pois ao ser reprimido pelo português de Portugal, o tupi deixou várias contribuições vocabulares que aparecem em nomes próprios, na flora, na fauna, em nomes de alimentos e, até mesmo, em contaminações vocabulares. (MOREIRA, 2005, p. 6).

Todavia, foi averiguado durante nossas pesquisas bibliográficas que as influências exercidas pelo tupi na formação do português popular do Brasil se limitam majoritariamente ao léxico, sendo quase nulas as influências do mesmo quanto aos aspectos gramaticais da nossa língua falada. Como explica Robl:

O contacto entre portugueses e tupis e africanos não implicou na introdução de elementos gramaticais tupínicos no português do Brasil, tirante uns três morfemas sufixiais. Na realidade, o que houve foram adaptações fonéticas e reduções morfológicas, (ROBL, 1985, p 155).

Segundo o autor, o processo de incorporação da língua portuguesa por parte da população que, até então, eram falantes da “língua geral” (que por sua vez era derivada do tupi), se deu de forma que a língua dos dominadores submetesse os falantes locais às suas próprias formas e regras. As mudanças tão marcantes que se encontram no português falado no Brasil, em comparação ao português ibérico, não são diretamente influências gramáticas advindas das línguas tradicionais. Tais dissonâncias são resultado dos esforços dos brasis em aprenderem a nova língua.

Sendo o português a língua de prestígio da época, buscava-se aprender suas formas de modo fidedigno, todavia, as condições de aprendizagem rudimentares proporcionavam que os falantes o incorporassem a seu próprio modo, permitindo que características fonéticas de sua língua original influenciassem no processo de assimilação. Tal fenômeno é explicado por Robl da seguinte forma:

¹ Espaço geográfico que engloba os territórios do estado de São Paulo e partes do estado do Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, assim distinguidas por compartilharem raízes culturais semelhantes, que constituem a cultura caipira (RIBEIRO, 1996).

Os hábitos fonéticos peculiares de um grupo social se conservam, ao menos em parte, quando essa população passa a adquirir uma nova língua. Isto é, cada indivíduo filtra os fonemas da língua que está obrigado a aprender de oitiva, através de seu próprio filtro fonológico, adaptando-os ao sistema fônico nativo; adaptação esta que pode generalizar-se mediante difusão. (ROBL, 1985, p 164).

Algumas implicações fonológicas no português brasileiro que se devem por influência tanto indígena quanto africano se dão no tratamento das consoantes “líquidas” e dos encontros consonantais, fenômenos que serão melhor explicados e exemplificados nesse trabalho nos tópicos seguintes.

Outro ponto em que se destaca a influência tupi e africana no português popular do Brasil está na simplificação das flexões nominais e verbais, o que se explica pela teoria da “economia linguística”, como explica Robl:

Estamos, pois, diante da "lei" do menor esforço — tendência a se desembaraçar de tudo o que é supérfluo na linguagem; opõe-se a ênfase — necessidade de pôr em relevo determinados elementos. Conforme Martinet, trata-se do princípio da economia linguística, isto é, a organização econômica do dispêndio da energia necessária à comunicação. A economia interna da linguagem é, portanto, um equilíbrio sempre provisório e instável de forças opostas: redução das distinções inúteis e manutenção das distinções significativas. (ROBL, 1985, p 172).

Tal característica pode ser nitidamente observável até os dias de hoje no falar português caipira. Ela está associada às estruturas linguísticas do tupi e das línguas africanas, elementos que não se suprimiram facilmente no interior do estado de São Paulo devido ao distanciamento das populações interioranas em relação aos grandes centros educacionais urbanos, onde se ensinam e aprendem a língua de forma rígida e formal. Tal como afirma Robl:

No sertão, porém, a influência aloglótica foi bem mais sensível, pois ela está na razão direta da porcentagem de aloglotas na composição demográfica local e na razão inversa dos meios de instrução de que dispõe. Sem dúvida, o chamado "dialeto caipira", ainda vegetando em alguns lugares interioranos e insulados, é um dos remanescentes do semicrioulo dos tupis e caboclos do Brasil-Colônia. (ROBL, 1985, p 164).

Tendo sido melhor explanado a trajetória da língua tupi no território brasileiro e sendo introduzida a explicação sobre como ela influenciou nossa formação linguística, seguimos agora com o tópico da pesquisa dedicado a explorar um dos principais aspectos do substrato tupi no português brasileiro, que são as influências fonéticas e simplificações morfológicas.

3.2 Adaptações fonéticas e simplificações morfológicas

Ao reconhecermos que a língua tupi, com suas derivações, foi a língua mais falada pela população do estado de São Paulo até meados do século XVIII, é totalmente plausível imaginar que a mesma deixou marcas no linguajar de seus falantes quando os mesmos se viram condicionados a aprender a língua portuguesa. É uma tendência natural que, ao aprendermos uma nova língua, se recorra ao impulso de absorvê-la através dos parâmetros linguísticos pré-existentes na concepção do falante. Tal fenômeno é ainda mais evidente se levado em consideração as condições precárias em que essa assimilação de língua se deu entre os povos paulistas interioranos, já que os mesmos se encontravam distantes dos principais polos de presença portuguesa no Brasil, onde, conseqüentemente, a língua era aprendida com maior rigor.

A herança tupi mais evidente na língua portuguesa falada no Brasil está no acervo lexical da mesma, no qual se incluem a nomenclatura de inúmeros animais, plantas e objetos, além da própria toponímia local. Todavia, existem alguns aspectos estruturais das variações linguísticas do português brasileiro, especialmente nas faladas pelas populações interioranas, que se devem por influência do linguajar tupi que o precedeu como língua popular desse povo. Os principais aspectos gramaticais do dialeto caipira que devem sua origem às influências indígenas estão no tratamento das consoantes líquidas, nos encontros consonânticos e na simplificação extrema das flexões nominais de plural e verbais (ROBL, 1985). Nos subtópicos seguintes, foi feita uma breve explicação sobre como se dão cada um desses fenômenos.

3.2.1 Adaptações Fonológicas: Consoantes líquidas

São chamadas consoantes líquidas da Língua Portuguesa aquelas cuja pronúncia é leve, de tal forma que quase se confundem com uma semivogal. Delas fazem parte as consoantes vibrantes, que são produzidas pela vibração dos elementos do aparelho fonador, como o fonema /r/. Também são consideradas líquidas as consoantes laterais, as quais a pronúncia se dá pela passagem do ar pelo canto da boca, como ocorre nos fonemas /l/ e /lh/. Falaremos sobre como é o tratamento de cada um desses fonemas no dialeto caipira e como alguns traços da língua tupi podem se conectar a essas tendências.

No linguajar popular do Brasil, existe uma tendência ao apagamento do /r/ quando o mesmo se encontra em determinadas posições de uma palavra, especialmente ao final das mesmas. Podemos citar, por exemplo: fazê (fazer), comê (comer), andá (andar), vendê (vender).

Robl (1985) explica que esse desaparecimento do /r/ já estava presente em algumas línguas românicas, mas a sua efetiva popularização no Brasil se deu por influência das línguas indígenas e africanas. No caso do tupi, essa forma específica da alofonia /r/ era desconhecida, já que o mesmo só aparecia em sua língua de maneira branda.

O r do tupi e guarani antigos era sempre sonoro, independentemente de sua posição no vocábulo, por exemplo, ruru = [ru'ru], que tanto no brasílico como no "avanhee" significa "inchado, tumefacto". Lemos Barbosa ensina: "O r é sempre brando, mesmo no princípio da palavra". E, no atinente ao guarani, Antônio González afirma que "o r é sempre simples no guarani clássico".. (ROBL, 1985, p 166).

Desse modo, podemos supor que uma das razões pelos quais o apagamento do /r/ (especialmente ao final de determinadas palavras) está presente até hoje nos dialetos populares do interior paulista é por consequência da inexistência dessa forma de pronúncia na língua tupi.

A manifestação do fonema /l/ dentro das variações linguísticas da língua portuguesa no Brasil também apresenta algumas diferenças, especialmente quando comparada com o modo de falar da população de Portugal. Sobre o uso padrão do /l/, Robl o explica da seguinte forma:

No uso considerado culto e formal, o fonema /l/ é linguodental em situação pré-vocálica; porém, quando em posição pós-vocálica, em quase todo o território de língua portuguesa é alveolar ou velarizado, isto é, movimento da língua junto aos dentes e concomitante elevação do seu dorso até o véu palatino: [fáro.L] (ROBL, 1985, p 167).

Em situações em que o /l/ precede uma vogal (lavanda, leve, língua, loja etc.) o movimento de pronúncia é linguodental, quanto a isso, não existem diferenças significativas entre os dialetos brasileiros e portugueses. No entanto, quando o /l/ se encontra posto após uma vogal (azul, fácil, têxtil etc.), em Portugal a pronúncia é feita com uma alveolização que não corresponde ao que acontece no Brasil. Em nossas variações linguísticas, o /l/ pós vocálico se manifesta da seguinte forma:

Em extensas áreas do Brasil, máxime no Rio, Bahia e Ceará, ocorre, ao menos entre a classe semiculta, uma velarização completa do /-l/, sobretudo sendo final absoluto, produzindo, então, a chamada "vocalização" diacrônica, vale dizer, a supressão do movimento do ápice da língua ao véu palatino, com leve arredondamento dos lábios, resultando daí um /u / assilábico — a semivogal [w], e desaparecendo, em consequência, oposições como estas: [maw] = mau e mal, [awtU] = auto e alto. (ROBL, 1985, p 167).

Dessa forma, o /l/ pós vocálico assume um som de /u/. Tão forte é esse fenômeno entre nós que se torna desafiante justificar porque determinadas palavras da língua portuguesa são escritas com um "l" pós vocálico sendo que o som emitido é sempre de "u". Muitos alunos na escola podem, inclusive, recorrer em erro de troca de palavras, substituindo o uso correto do "l" por "u" por não conseguirem associar o som do "l" ao "u". Essa diferenciação é nítida no português

de Portugal, mas é quase inexistente em grande parte do território brasileiro.

O fonema /l/ pode, ainda, assumir outras variações entre as populações mais interioranas do Brasil, especialmente quando posto ao final da palavra. Além da vocalização (passagem de /l/ para /u/) podemos nos deparar com o apagamento total /l/ ou para passagem do /r/ caipira. Robl cita essas três variações e associa à ação dos tupis e africanos:

No português do Brasil, o -l/, quando final absoluto, poderá ter três realizações: apócope, a mais geral, ou vocalização, ou passagem para o "r- caipira". Este último fenômeno é, a meu ver, a imperfeita substituição do /l/ velar pelo /r/, vibrante "fraco", permanecendo, contudo, um compromisso entre ambos. Sem dúvida, um caso de influxo da ação aloglótica de índios tupis e guaranis ("sem fé, nem lei, nem rei") e dos escravos bantos e sudaneses, cujas línguas nativas não possuíam o fonema /l/ e tinham tão-somente um r' sonoro. (ROBL, 1985, p 168).

Portanto, semelhante ao que acontece com o /r/, a tendência a não utilização do /l/ alveolar ou velarizado, tal como ele é no português de Portugal, foi influenciado pela inexistência desses fonemas no tupi e nas línguas africanas.

Em suma, no português popular do Brasil, devido à labilidade das "líquidas" e à grande dificuldade de os índios tupis e os escravos africanos articularem esses fonemas, o /l/ e o /r/ sofreram, em consonância com a deriva românica, um progressivo ensurdecimento, chegando até ao grau zero quando em posição pósvocálica final: artá (altar), cafezá (cafezal). (ROBL, 1985, p 168).

Ainda referindo-nos às consoantes líquidas, o /lh/ também sobre variações que foram influenciadas pela ação aloglótica, Robl as explica da seguinte forma:

A verdade é que, a par de certas despalatalizações como *muié* por mulher, a iotização é geral no português popular do Brasil: palha = [ˈpaya] ou, melhor, [ˈpayya:]. Outrossim, não padece dúvida de que o ieísmo, ou a semivocalização do /lh/ é processo românico, verbigrácia, fr. moderno feuille (onde II = /y/), rom. foaie; é detectável também em algumas regiões raianas de Portugal (miafre por milhafre, na Estremadura) e gradativamente vai invadindo o espanhol europeu e americano: calle = [ˈkale:] ou [ˈkaye:]. [...] Apesar disso tudo, porém, a onímoda generalização desse fenômeno em nossos falares rurais está atestando a ação dos aloglotos tupis e guaranis, e bantos e sudaneses, que desconheciam o /lh/. Assimilaram-no estropiadamente e assim o transmitiram aos descendentes. (ROBL, 1985, p 169).

O que se compreende é que algumas tendências linguísticas, como a supracitada iotização do /lh/, já estavam em percurso em algumas línguas românicas, mas foram potencializadas no Brasil quando índios e africanos tiveram que aprender a língua portuguesa e a mesma sofreu certos conflitos fonológicos quando se sobrepueram às configurações fonéticas de suas línguas nativas.

3.2.2 Adaptações fonológicas: Encontros consonantais

Outra especificidade das variações linguísticas da língua portuguesa falada no Brasil, em especial nas regiões interioranas, é no tratamento próprio que as mesmas tem em relação aos encontros consonantais. Existe uma tendência na língua falada de desfazer a maioria dos encontros consonantais, inserindo uma vogal de apoio para facilitar sua pronúncia, como explica Robl:

Há, na linguagem coloquial brasileira, há acentuadíssima tendência para desfazer os encontros consonantais impróprios — porque são de mais difícil prolação — mediante a intercalação da vogal de apoio /e:/ ou /i/. Assim, *advocacia* se realiza [ade:vo:ka'sia:] ou [adivorka'sia:]; nestas formas, o /d/ é proferido explosivamente e não, implisivamente. Em *adevocacia* o /e/ epentético é resultado da assimilação do /d/ e /v/, ao passo que o /i/ de *advocacia* resulta da dissimilação dos mesmos fonemas. Mattoso Câmara chega a afirmar que "rpto só se distingue de rápido pelo caráter surdo e sonoro", e propõe que a escansão silábica de ritmo seja ri-ti-mo. (ROBL, 1985, p 170).

Esse processo é chamado de anaptixe, que é a intercalação de uma vogal entre consoantes que formam um grupo. Tal fenômeno é muito recorrente em todo território nacional, especialmente no dialeto caipira. Em situações escolares, ou de escrita em geral, podemos nos deparar com erros gramaticais derivados da inserção de um “i” ou “e” no meio de um encontro consonantal, como escrever *pisicologia* (psicologia), *ritimo* (ritmo), *adevogado* (advogado) etc. Essa tendência se deve, justamente, pela forma como tais encontros são pronunciados. Na fala, especialmente em situações informais, existe a pronúncia de um /i/ ou /e/ entre as consoantes, mas que não existe nessas palavras quando as mesmas são postas por escrito.

Essa inserção “indevida” de vogais é majoritariamente recorrente do português do Brasil quando em situações de fala, o que faz com que se torne divergente da normal culta imposta na escrita, cujas bases gramaticais estão no português de Portugal. Durante o processo de incorporação do português por parte dos falantes da língua geral brasileira, que, como explicamos, era uma derivação da língua tupi, existia uma tendência em desfazer certos encontros consonantes, já que os mesmos não existiam em suas línguas.

Robl explica que, mesmo com a presença já pré-existente de algumas anaptixes na língua portuguesa de Portugal, a sua consolidação entre falantes do Brasil pode claramente ser associada à influência tupi:

Ninguém nega que o fenômeno da anaptixe é encontrado em certos dialetos lusitanos, v.g., *pelanta* por planta, *afelito* por aflito. Mas essa interposição — uscirà e vezeira no português brasileiro — de uma vogal epentética, para maior facilidade alatória de determinados grupos consonantais, somente pode ser explicada pela ação dos aloglotas. Nem o tupi nem o guarani admitiam verdadeiros encontros de duas consoantes. Tinham apenas as consonâncias nasais /mb/ /nd/ e /ng/ — sonantes que, nasalizando a consoante subsequente, comportam-se como vogais quando em posição pré-consonântica. Por isso, toda palavra portuguesa que contivesse encontro consonantal, quando incorporado ao brasileiro, sofria anaptixe: *aramoçara* (almoçar), *aratara* (altar), *kabará* (cabra), *kurussá* (cruz) , *sorara* (soldado). (ROBL, 1985, p 170).

O autor faz referência à forma a qual algumas palavras de origem portuguesas assumiram quando foram incorporadas pela língua geral, ou *nheengatu*, que, dentro do processo linguístico do Brasil, foi como uma língua de transição entre o tupi antigo e o português. Tal língua foi amplamente empregada pelos bandeirantes, disso decorre sua popularização no território nacional. Referindo-se a termos que estavam presentes nessa mesma língua, Robl exemplifica:

Verificase, outrossim, o uso de suarabácti e metátese para desfazer os grupos e encontros consonânticos, inexistentes em tupi: almoçar — *aramoçara*, altar — *altara*, cruz — *curuçá*, torto — *torotú*, espeto — *cepetú*. (ROBL, 1985, p 161).

Tais influencias colaboraram para que o português brasileiro assumisse a formação fonética que possui hoje, na qual os encontros consonantais são pouco recorrentes em situações de fala.

Conservando a deriva do século XV e influenciado pela ação dos índios e negros, cujas línguas não possuíam grupos consonantais, levou-se a base vocálica do português do Brasil até as últimas consequências, numa estrutura silábica basicamente CV e não CCV. (ROBL, 1985, p 171).

Todavia, embora exista essa tendência prevalente de separar consoantes pela aplicação de uma vogal entre elas, há no dialeto caipira uma outra manifestação de variação linguística que provoca encontros consonantais. Assim explica Robl:

Há um fato curioso e, até certo ponto, em contradição com o que acima foi exposto. Trata-se das formas sincopadas dos nossos rurícolas, tais como *corgo* (córrego), *arve* (árvore), *cosca* (cócega), nas quais a síncope provocou encontros consonânticos. No latim vulgar, as vogais imediatamente postônicas de vocábulos proparoxítonos sincopam-se em sua grande maioria: virde (por viridem) deu em rom., it., esp. e port, verde, em fr. vert; ~pública — "puêga — pulga. Compare-se agora esta evolução do português padrão para o português popular: música — *musega* — *musga*. (ROBL, 1985, p 171 - 172).

Portanto, em manifestações desse tipo, deparamo-nos com o encurtamento de palavras por meio de sincope, que é a exclusão de um fonema ou sílaba do interior da palavra, o que provoca encontros consonantais. Concomitantemente, observa-se que tais fenômenos só se manifestam quando os falantes se deparam com palavras proparoxítonas (também chamadas de palavras exdrúxulas) e é a partir desse ponto que se pode traçar uma ligação entre essa variação linguística e a língua tupi.

No tupi (também no guarani), os vocábulos morfológicos são oxítonos ou paroxítonos. Os terminados em /-a/ podem ser ou paroxítonos ou oxítonos (porém o /-a/ dos paroxítonos é sufixo nominalizador): pira, "pele", pirá, "peixe". As palavras que terminam em /-e/, /-i/, /-o/, /-u/, /-y/ são oxítonas: mbaé, "coisa", mokãe, "tostar", poti, "defecar", potim, "camarão", soó, "animal", ybõ, "flechar", rurú, "encharcado", apeku, "língua", y by, "terra". Por vezes, mercê da justaposição de elementos pospositivos átonos é que se nos deparam vocábulos fonologicamente proparoxítonos: morubixaba-pe, "ao cacique" (cp. falávamos-te). [...] Portanto, índios e negros conservaram a prístina deriva latino-vulgar ("cálida non calda") e românica, no sentido de um permanente "horror" às palavras exdrúxulas (a atual acepção do termo é bem sintomática), que, em verdade, são de introdução erudita e, conseqüentemente, estranhas ao "gênio" da nossa língua. (ROBL, 1985, p 172).

O que se conclui é que, por conta da inexistência de palavras proparoxítonas dentro de suas línguas, os antigos falantes de tupi, ao aprenderem o português, conservaram a tendência de encurtar a pronúncia dessas palavras, realizando uma síncope que as transformavam em palavras paroxítonas.

3.2.3 Simplificações morfológicas: Flexão do plural

Outro fenômeno linguístico que caracteriza a língua veiculada pela fala no interior de São Paulo, assim como em muitas outras regiões do Brasil em que se predominam as formas populares e informais de comunicação oral, é a flexão das estruturas gramaticais determinantes do plural.

A respeito de como se dá a organização do plural na língua portuguesa formal e suas correspondentes diferenças na língua popular, Robl explica os seguintes aspectos:

Na língua padrão, todos os determinantes de um sintagma nominal concordam com o seu determinado: todas as tábuas roubadas. Na linguagem popular, porém, a flexão do plural tende a se restringir ao primeiro ou primeiros elementos do sintagma: *as tauba robada, todas as tauba robada*. (ROBL, 1985, p 173).

Isso significa que, em uma sentença como "os pássaros azuis", todos os determinantes devem ser flexionados na forma de plural, nesse caso, o artigo (os), o substantivo (pássaros) e o adjetivo (azuis). Considerando as tendências da linguagem coloquial popular, essa mesma sentença seria replicada como "os pássaro azul", ficando, dessa forma, a flexão nominal de plural restrita apenas a um dos determinantes da sentença (o artigo "os").

Para explicar esse fenômeno, guiando-se ainda pelo princípio da “economia linguística”, que previa uma maior simplificação da língua quando a mesma era aprendida pelos seus novos falantes, Robl explica que a própria estruturação normativa da língua portuguesa apresenta certa redundância nas demarcações de plural, como exposto na citação a seguir:

Há, na realidade, acentuada redundância na indicação pluralícia no português. Em “os tijolos tortos”, por exemplo, para marcar o plural temos três morfemas e dois submorfemas (alternância de /o:/ </o/). Os aloglotas, brasilíndios e africanos, — seguindo a “lei” do menor esforço e induzidos também pela simplificação introduzida pelos próprios falantes da língua vigente, numa tentativa de torná-la mais “fácil”, — ressaltavam apenas um morfema indicativo de plural, formando, por economia linguística, uma espécie de “plural interno”. (ROBL, 1985, p 174).

Atrelado ao fator das simplificações linguísticas, que foram proporcionadas pelas próprias condições rudimentares nas quais se deu o aprendizado da língua portuguesa pelos aloglotas no Brasil, outro elemento determinante para a popularização dessa estruturação nominal da língua popular (na qual apenas um dos determinantes da sentença se flexiona para indicar a significação de plural) foi a influência exercida pelas línguas tradicionais dos falantes, entre as quais também se inclui a língua tupi.

Sobre como se dava a estruturação do plural na língua tupi e o influxo do mesmo sobre a língua portuguesa, Robl faz a seguinte explicação:

Cumprir lembrar, ainda, que o tupi não conhece flexão de plural. Obtém, entretanto, certa modalidade de plural, com a reduplicação (abá-abá, “muitos homens”, *poty* — *potyra*, “multidão de flores”) e a adjunção do sufixo coletivo — *tyba* ou *dyba* (*arassatyba*, “araçazal”, *takurundyba*, “canavial”). Porém, no tupi colonial, sob o influxo do bilinguismo, o indefinido *etá*, “muitos”, evoluiu paulatinamente para o morfema de plural: *syry età*, “sirís”, *pak’etá*, “pacas”, *güyrating’etá*, “pássaros brancos”, isto é, “graças”. E chega-se a surpreendê-lo até apostado a palavras portuguesas já no plural, v.g., *Santos etá*, “os Santos” (Catecismo de Araújo). (ROBL, 1985, p 174).

Dessa forma, levando em consideração o grau de popularidade da língua tupi na região da paulistânia até meados do século XVIII, devido aos fatores históricos já expostos no corpo textual dessa pesquisa, e a forma precária por meio da qual a língua portuguesa foi incorporada por esses povos, sem a estruturação de um ensino sistemático e formal, podemos constatar as influências do tupi na estrutura nominal do português popular falado por essa população até a atualidade.

3.2.4 Simplificações morfológicas: Flexões verbais

O último aspecto de simplificação morfológica que Robl destaca em sua pesquisa diz respeito às flexões verbais. Nesse fenômeno, os falantes omitem as desinências modo-temporais e número-pessoais em enunciados em que, de acordo com a norma culta, os verbos deveriam se flexionar.

Outro vestígio do primitivo aprendizado canhestro da língua portuguesa por parte dos aloglotas é a extrema redução dos morfemas modo-temporais e número-pessoais, e até a mudança da vogal temática. Examinemos, por exemplo, o presente do indicativo: primeira pessoa do singular = amo, as demais pessoas = ama [...]. Vê-se, pois, que praticamente só a 1ª pessoa do singular contrasta com as demais. (ROBL, 1985, p 174).

Explorando ainda o verbo “amo” exemplificado por Robl, na norma culta teríamos as seguintes flexões: eu amo; tu amas; ele ama; nós amamos; vós amais. Todavia, se seguirmos o modo popular da fala, obtemos as seguintes formas: eu amo, ele ama, *nóis* ama, eles ama (os pronomes “tu” e “vós” quase nunca são empregados na fala popular da população em análise). Nesse caso, apenas a primeira pessoa do singular se flexiona (eu amo), já a terceira e a primeira pessoa do plural (“nós” e “eles”) mantém a forma “ama” que corresponde à terceira pessoa do plural (ele).

Tomemos um outro exemplo, o verbo “fazer” conjugado ao pretérito perfeito. Na linguagem coloquial do dialeto caipira, sua conjugação assume a seguinte forma: eu fiz; ele *feiz*, eles *feiz*; *nóis feiz*. Essas mesmas formas verbais, de acordo com a norma culta, deveriam ser: eu fiz; ele fez; eles fizeram; nós fizemos. Na passagem de “eles fizeram” para “eles *feiz*”, temos a omissão da vogal temática “e”, da desinência modo-temporal “ra” e da desinência número-pessoal “m”. Já em “nós fizemos” por “*nóis feiz*”, ocorre a omissão da vogal temática “e” e da desinência número-pessoal “mos”.

O que se constata sobre as flexões verbais dessas variações linguísticas é que suas conjugações se restringem apenas aos pronomes pessoais, sendo assim omitidas quase todas as desinências verbais. Robl nos mostra que é possível traçar um paralelo entre esse fenômeno e a forma estrutural das antigas línguas tupis e das línguas africanas:

No tupi e nas línguas bantas não há nenhuma desinência verbal; os pronomes pessoais é que funcionam como morfemas, talqualmente como na língua popular brasileira. Em tupi: a-, ere-, o-, ia- ou oro-, pe-, o- bebé, "eu vôo", "tu voas"... No iorubá: emi-, iwo-, on-, awa-, enyin-, nwón-ri, "eu vejo", "tu vês"... Disso tudo deve-se inferir, pois, que a redução morfológica, característica da língua popular, sobretudo rural, do Brasil — ainda que tendência secular e geral — não é incompatível com a ação dos aloglotas. (ROBL, 1985, p 175).

Conforme apontado pelo autor, não existiam desinências verbais nas línguas bantas e na língua tupi, a função de conjugar as sentenças restringia-se apenas ao pronome pessoal. Baseado nisso, podemos constatar uma influência dessas línguas nas flexões verbais da forma popular do português brasileiro.

3.3 Captação de fenômenos linguísticos de influência tupi nas transcrições da obra "filologia bandeirante".

Tendo sido aprofundada a fundamentação teórica da pesquisa, partimos para uma análise mais prática, que consiste em tomar transcrições de entrevistas com populações de regiões interioranas do estado de São Paulo para averiguar se ainda existem resquícios das características supracitadas no linguajar atual desses povos. Para tanto, foram analisados os resultados de uma pesquisa realizada pelo grupo de estudos da Filologia Bandeirante, que em 2000 publicou seu primeiro volume, no qual se encontra uma síntese dos resultados do trabalho, organizado por Heitor Megale.

Os capítulos finais da obra supracitada apresentam os resultados de uma série de entrevistas realizadas junto à população rural da região de Taubaté. Levando em considerações que as influências do tupi no dialeto caipira se limitam majoritariamente à fonética e às reduções morfológicas, tais compilações foram analisadas com o intuito de destacar elementos que constatem essas influências no linguajar dessa população caipira do estado de São Paulo.

Nossa análise seguirá a seguinte formatação, apresentaremos os trechos de transcrição selecionados para esse fim, em seguida destacaremos os fenômenos linguísticos averiguados que coincidem com os expostos anteriormente:

Inf.: Mas.... o meu pai um dia vei' de Barra Longa... eu era sortera... e quando ele chegô per/na encruziada que entra pra cá... (antes)/na encruziada quando ele passô... de/prá ci:ma da casa do falecido Claudionor... pulô um bicho/um porcão assim no meio do caminho... e o porco vançano nele npe?... e ele tava cuaâ (fucinha) diz que batia com a foice e falava assim oh... num chega não que eu te corto... aquilo fartava... andava assim pra trás com poco vinha aqule cheiro até na encruziada... (que vai Boncesso entra aqui e ali porco sumiu. (MEGALE, 2000, p 205).

Neste trecho podemos averiguar algumas adaptações fonológicas em consoantes líquidas. Em “*chegô*” e “*passô*” temos o apagamento do /r/ final e em “*encruziada*” temos a substituição do /lh/ de “*encruzilhada*” pelo /i/ (vide: capítulo 2.2.1 Adaptações fonológicas: Consoantes líquidas).

Sai delá onzi hora cando é:: meu dia chega aí na Pedra Grandi...aí a otas duas mai grandí vai istudá na parti da tardi... [...] é muito judiera é muito:: ruim:: a cuitada duas minina duas mocinha... agora essis tempu atrais chagaru aqui tardi da noiti... sozinhu... issu é muito errradu né/? É num pudia fazê issu... [...] tem bastanti... tem bastanti mai fica da Pedra Grandi prá baxu...u...as duas qui vem prá cima só as duas cuitadinha... (MEGALE, 2000, p. 89).

Nessa transcrição, podemos constatar algumas ocorrências de apagamento de flexões verbais e nominais. Em “*a otas duas mai grandí vai istudá*” trata-se de uma sentença com significação de plural, no entanto, os únicos termos flexionados são “*otas*” (otras) e “*duas*”. O artigo “*a*” e o adjetivo “*grandí*” deveriam, respectivamente, ser conjugadas como “*as*” e “*grandes*” (vide: Capítulo 2.2.3 Simplificações morfológicas: Flexão do plural). Outro termo que não se flexiona nessa sentença é o verbo “*vai*” que deveria ter sido conjugado para terceira pessoa do plural “*vão*”, mas se mantém na terceira pessoa do singular “*vai*” (vide: Capítulo 2.2.4 Simplificações morfológicas: Flexões verbais).

É qui tinha us missionáriu qui andava pu mundu, us missionáriu eram santu; a minha mãe andava mai di légua pa í assistí missa desis missionáriu tamém. Então essis missionáriu falô falava qui na tem uma serpentí qui tá ca cauda dibaxo du conventu essis missionáriu qui vinha rezá, qui elhis ficava muintu tempu ondi elhis ia, elhis ficava muintu tempu na nigreja, aqui nu conventu diz qui elhi ficô aqui nu conventu di tempu i daí/ daí elhi saía pas igreja pregá u evangelhu mai vortava nu conventu (MEGALE, 2000, p. 101).

Nesta fala, averiguamos várias ocorrências de simplificação das flexões verbais e nominais. Em “*tinha us missionáriu*” o substantivo “*missionário*” deveria se flexionar na forma de plural (*missionários*), mas a indicação de plural no sintagma se limita apenas ao artigo “*us*” (os). O sintagma simplificado “*us missionáriu*” se repete ao longo de toda a fala.

Continuando essa mesma citação, na oração subordinada “*qui andava pu mundu*”, o verbo “*andava*” se refere aos missionários, portanto, deveria ser flexionado na terceira pessoa plural “*andavam*”, no entanto, permanece na terceira pessoa do singular “*andava*”, apagando-se a desinência número-pessoal “*m*”. Em “*eram santu*”, o verbo foi flexionado para forma de plural, mas o adjetivo “*santu*” permanece no singular.

Em “*essis missionáriu falô falava*” o verbo “falar” aparece duas vezes, como “*falô*” e “*falava*”, mas em nenhuma delas o verbo é conjugado de acordo com o sujeito da oração “*missionários*”. A conjugação correta deveria ser a terceira pessoa do plural “*falaram*” ou “*falavam*” (as duas formas se encaixam no conjunto da fala em questão), mas ambas permanecem no singular, já que a marcação de plural já aconteceu em “*essis*” (esses).

Em “*essis missionáriu qui vinha rezá*” o verbo “*vinha*” deveria ser conjugado na terceira pessoa do plural “*vinham*” já que o sujeito da oração está no plural (missionários), ocorrendo assim o apagamento da desinência número-pessoal “*m*”. Já no verbo “*rezá*” acontece o apagamento do fonema /r/ de “*rezar*” (vide: ROBL, 1985, p 168).

Em “*qui elhis ficava muintu tempo ondi elhis ia*” o verbo “*ficava*” deveria ser conjugado na forma da terceira pessoa do plural “*ficavam*” já que o sujeito da oração é “*eles*” (*elhis*).

Em “*elhis ficava muintu tempu na nigreja, aqui nu conventu diz qui elhi ficô aqui nu conventu di tempu i daí/ daí elhi saía pas igreja pregá u evangelhu mai vortava nu conventu*” o pronome “*elhis*” (eles) só é conjugado para terceira pessoa do plural no começo do enunciado, nas demais vezes em que o pronome se repete, ele permanece na terceira pessoa do singular (“*elhi*” que é a forma coloquial oral de “*ele*”), mesmo que o sujeito da oração continue o mesmo, correspondente ao plural (os missionários). Aliado aos pronomes no singular, os verbos do enunciado também não se flexionam para o plural (*ficava, ficô, saía, vortava*).

Outra simplificação nominal que acontece nesse enunciado está em “*pas igreja*” na qual o substantivo “*igreja*” não se flexiona para o plural, já que o plural já está demarcado nesse sintagma no artigo “*as*” que se aglutinou com a preposição “*para*” e se tornou “*pas*”.

Nas transcrições analisadas, não encontramos nenhum exemplo da ação de desfazer encontros consonantais, conforme descrito no capítulo 2.2.2 dessa pesquisa, intitulada “*Adaptações fonológicas: Encontros consonantais*”. Acreditamos que essa ausência se dá pelo fato da pouca incidência de palavras com tais tipos de encontro consonantal dentro da própria língua portuguesa do Brasil e do contexto de fala dos falantes estudados na obra analisada.

Outro fenômeno que não foi constatado na obra foi a passagem da consoante líquida /l/ para /u/. No entanto, foram constatadas várias incidências de substituição do /l/ pelo /r/ retroflexo, também conhecido vulgarmente como “*r*” caipira. Ao realizarmos nossa pesquisa bibliográfica, notamos que não existe um consenso entre autores e pesquisadores sobre qual é a origem oficial do “*r*” retroflexo perceptível em algumas regiões interioranas no Brasil.

Os atores coincidem em afirmar que esse fenômeno linguístico é de origem indígena, mas não existem dados fortes o suficiente que associem tal influência à língua tupi ou à língua geral paulista. Por outro lado, alguns pesquisadores defendem que o “r” retroflexo possa ter se originado dos nativos pertencentes ao tronco linguístico macro-jê, como explica Elizabeth Hautz:

Até o momento, a origem do /r/ retroflexo ou “caipira” permanece desconhecida embora haja várias suposições e hipóteses ainda não totalmente confirmadas. A maioria das pesquisas e trabalhos acerca do assunto têm apontado a herança indígena como uma possível fonte desse fenômeno linguístico entretanto, autores divergem quanto de quais ramos linguísticos o /r/ “caipira” poderia ter se derivado: se do tronco tupi-guarani ou macro-jê. Sabe-se que o tupi-guarani foi o substrato da Língua Geral falada na colônia desde os primórdios da colonização até meados do século XVIII e que esta era a língua franca utilizada tanto pelos indígenas de diferentes etnias quanto pelos colonos portugueses e pelos exploradores paulistas que lideravam as bandeiras que adentraram os rincões do interior do centro sul brasileiro. Embora boa parte do vocabulário popular do português brasileiro tenha sofrido grande influência do tupi-guarani que era o substrato da Língua Geral dominante, estudos recentes têm convergido para hipótese de que, no caso em especial do /r/ retroflexo, a origem de tal fenômeno teria sido a herança fonética dos dialetos pertencentes ao tronco macro-jê falados pelos índios dessa etnia que habitavam as regiões não litorâneas onde predominavam os indígenas de língua tupi. Tal hipótese se assenta no fato de que, segundo alguns indigenistas e filólogos, o /r/ retroflexo gutural se apresenta como um som característico de dialetos macro-jê como observado nas línguas faladas pelas etnias Oti, Kaingang, Ofalê, dentre outras. (HAUTZ, 2020, p. 82).

Portanto, embora as pesquisas sobre suas origens linguísticas ainda estejam em estágio de desenvolvimento, o “r” retroflexo está muito mais associado ao macro-jê do que ao tupi. Dessa forma, não podemos afirmar que esse aspecto característico das variações linguísticas do interior de São Paulo ocorre por influências da língua tupi.

3.4 Palavras comuns ao léxico paulista que são de origem tupi.

Antes de listarmos algumas palavras comuns ao vocabulário da população interiorana do estado de São Paulo, é importante fundamentar como se deu a incorporação do tupi no léxico do português brasileiro. Primeiramente, é interessante ressaltar que, no processo de incorporação de novos vocabulários entre índios e colonos, ocorria uma predominância de palavras indígenas ao em vez das portuguesas, como explica Bacelar e Góis:

Contudo, é importante salientar que, se desde os primeiros contatos entre brancos e índios, o português foi tomado por empréstimo palavras do léxico indígena para nomear a nova realidade e os novos itens culturais, o mesmo não se pode dizer do caso contrário, pois o Tupinambá resistiu à incorporação de palavras portuguesas. Assim, por exemplo, o Português tomou do Tupinambá palavras como arapuca, abacaxi e tapioca para nomear novos dados, respectivamente a *armadilha para pássaros*, o *fruto* e um *certo tipo de beiju de mandioca*. Mas, quando os índios travaram contatos com os portugueses, também estavam expostos a uma nova realidade e, conseqüentemente, a novos dados culturais. Para nomear esses dados, o Tupinambá recorreu ao próprio sistema linguístico, através de criações analógicas. (BACELAR, GÓIS, 1997, p. 109).

Portanto, podemos supor que, por já possuírem uma nomenclatura própria entre os índios tupis da costa no Brasil, os novos itens culturais com os quais os portugueses tinham contato eram incorporados por eles com os mesmos nomes que os indígenas já cultivavam. No entanto, devido, talvez, pela dificuldade dos índios de replicarem a pronúncia portuguesa, os mesmos criavam novos vocábulos para nomear os itens culturais apresentados para eles pelos colonos, recorrendo, para isso, ao acervo linguístico de suas próprias línguas.

Um exemplo desse fenômeno está na incorporação da palavra “foice” pelos tupis. A formação do novo vocábulo se deu pelo seguinte esquema: “Dado cultural existente: [yt] “machado de pedra” + característica analógica: [a’paía] “torto”. Onde [ita’paía] “machado torto” = “foice” = dado cultural novo.” (BACELAR, 1997, p. 109).

Outro fator importante para se destacar, especialmente tratando-se de vocábulos ligados a toponímia brasileira, é que nem todos os substantivos tupis que incorporam o nosso léxico foram formulados por índios nativos, já que os mesmos não eram os únicos falantes dessa língua dentro do território brasileiro. “Muitos dos topônimos considerados Tupinambá foram forjados no Português por luso-brasileiros, sobretudo jesuítas em missões catequéticas, com base em lexemas e morfemas derivacionais.” (BACELAR, 1997, p. 109).

Tendo sido esclarecidos esses fatores da produtividade do léxico tupi no português brasileiro, seguimos para uma lista de palavras com vocábulos de origem tupi que estão divididos, respectivamente, nas categorias fauna, flora, toponímia e “outros”. A seleção de nomes e suas respectivas descrições foram retiradas da obra “O tupi na geografia nacional” de Teodoro Sampaio (1987). Esse trabalho não possui o intuito de investigar novas significações nem novos vocábulos. A lista lexical a seguir foi incorporada ao texto dessa pesquisa unicamente com o intuito de complementar os ricos aspectos da influência tupi em nossa língua nacional.

3.4.1 Vocábulos de origem tupi na fauna brasileira

Arara: “s. Voz onomatopaica com que se designam os grandes papagaios. (*Psittacus macrocereus*).” (SAMPAIO, 1987, p. 199).

Ariranha: “s. corr. *Irarana* (*irar-ana*), a falsa irara; a que inúta a irara. É a lontra dos nossos rios do sertão. V. Irara. São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso.” (SAMPAIO, 1987, p. 201).

Baiacu: “Antigamente *maiacú*, corr. *mbaé-acú*, o quente, o venenoso. Peixe peçonhento pelo seu fel e que se infla ao calor do sol, ou por simples fricção da pele do ventre.” (SAMPAIO, 1987, p. 203).

Capivara: “corr. *Caapii-uára*, o comedor de capim; o herbívoro. (*Hydrochoerus Capybara*). 75. Alt. *Capiguara*, *Capibara*.” (SAMPAIO, 1987, p. 215).

Chopi: “ou Chopim, nome de um pássaro, como um tordo, vulgo, vira-bosta. (*Cassicus*). Rio Grande do Sul.” (SAMPAIO, 1987, p. 222).

Cupim: “corr. *Copií*, o térmita ou formiga-branca.” (SAMPAIO, 1987, p. 225).

Cutia: “corr. *Agutí* ou *a-cutí*, o indivíduo que come de pé, de referência ao hábito que tem o animal deste nome de tomar o alimento com as patas dianteiras. (*Druyprocta aguti*).” (SAMPAIO, 1987, p. 228).

Gamba: “corr. *Guá-mbá*, o ventre aberto, a barriga oca. (*Didelphys*).” (SAMPAIO, 1987, p. 231).

Irara: “*lra-ra*, o que colhe mel, o papa-mel. (*Galictis barbara*).” (SAMPAIO, 1987, p. 253).

Jaburu: “corr. *Ya-abirú*, o indivíduo repleto ou de papo cheio. (*Mycteria americana*).” (SAMPAIO, 1987, p. 262).

Jabuti: “corr. *Ya-u-tf*, aquele que não bebe; o cágado, que os índios tinham como insensível à sede, ‘criando-se pelos pés das árvores sem ir à água’. (Testudo *tabu/ata*). O vocábulo admite outra interpretação, como composto de *y-abú-tf*, traduzindo-se o que nada respira, ou tem fôlego tenaz.” (SAMPAIO, 1987, p. 262).

Jacaré: “corr. *Ya-caré*, aquele que é torto, ou sinuoso. Pode ser, ainda, *y-echá-caré*, aquele que olha de banda. (*Crocodylus sclerops*).” (SAMPAIO, 1987, p. 263).

Jararaca: “corr. *Ya-ra-raca*, aquele que colhe ou agarra envenenando; o que tem o bote venenoso. (*Lachesis*).” (SAMPAIO, 1987, p. 268).

Mangava: “corr. *Mang-ã-caba*, contrato em *mang-ã-cá*, que significa a vespa de giro alto (*mang-ã*), o vespão. Alt. *Mangangaba*.” (SAMPAIO, 1987, p. 278).

Perereca: “*Geníndio-supino* de *perereg*, saltitar, andar às tontas. Perereca é, pois, a saltitante, a estonteada, a que salta a torto e a direito. É o nome de uma rã que vive nas árvores.”

(SAMPAIO, 1987, p. 298).

Piranha: “corr. *Pir-ãí*, o que corta a pele; nome de um peixe voraz (*Pygocentrus*) da fauna fluvial do Brasil; a tesoura, a tenaz. Bahia, Alagoas, Minas Gerais.” (SAMPAIO, 1987, p. 302).

Sabiá: “corr. *Çóó-biã*, o animal aprazível, mavioso. É o *Turdus sabiá*. Alt. *Sobiá*.” (SAMPAIO, 1987, p. 310).

Sagui: “*SAGUIM* corr. *Ça-cai*, os olhos inquietos, vivos. Pronunciam outros *souim*, que é corrupção de *çóí-im*, o bichinho, o animalejo.” (SAMPAIO, 1987, p. 311).

Saúva: “corr. *Yçáub*, ou *yçá-ub*, o pai das formigas, a formiga-mestra. Pode ser corrupção de *yçá-ayba* e significa - a formiga má, a que destrói as plantas. Alt. *lçauba*, *Çauba*, ou *Saúba*, *Sauva*.” (SAMPAIO, 1987, p. 314).

Sirí: “corr. *Cirí*, o que corre, ou desliza. É o crustáceo conhecido. Alt. *Seri*.” (SAMPAIO, 1987, p. 315).

Sucuri: “corr. *Çuí-curí*, morde rápido, atira o bote. É a serpente aquática *Eunectes murinus*. Alt. *Socorí*. Designa também uma espécie de caça ou tubarão.” (SAMPAIO, 1987, p. 316).

Tamanduá: “corr. *Ta-monduá*, o caçador de fonnigas. O componente - *ta* - é como uma forma contrata de *tacy*, a fonniga.” (SAMPAIO, 1987, p. 320).

Tatú: “ç. *Ta-tú*, o casco encorpado, ou grosso, couraça. Batista Caetanó. (*Dasyus*).” (SAMPAIO, 1987, p. 320).

Tucano: “corr. *Tu-quã*, o bico que sobrepuja, o bico exagerado. Pode ser corrupção de *tu-can*, o bico ósseo.” (SAMPAIO, 1987, p. 333).

Urubu: “corr. *Urú-bú*, a galinha preta, a ave negra (*Cathartes*). Alt. *Urumú*.” (SAMPAIO, 1987, p. 341).

3.4.2 Vocábulos de origem tupi na flora brasileira

Abacaxi: “s. corr. *Ihá-cachi*, fruta cheirosa, rescendente.” (SAMPAIO, 1987, p. 188).

Aipim: “s.c. *A-ipí*, a raiz enxuta, a mandioca mansa.” (SAMPAIO, 1987, p. 192).

Buriti: “corr. *Mbiriti*, árvore que emite liquido; a palmeira. (*Mauritia Vinífera*, Mart.) Alt. *Murity*, *Mirity*, *Mority*.” (SAMPAIO, 1987, p. 209).

Caju: “*ACAJÚ* s.c. *Acã-yú*, o pomo amarelo, o caju (*Anacardium occidentale*); o ano.” (SAMPAIO, 1987, p. 189).

Capim: “corr. *Caapii*, a planta de folha fina; a erva miúda.” (SAMPAIO, 1987, p. 215).

Cipó: “corr. *Içá-pó*, literalmente, galho-mão, que é o mesmo que dizer galho apreensor que tem a propriedade de se prender, de se enlear, de atar. Alt. *icepó*, *cepó*, *çapó*, *sipó*.” (SAMPAIO, 1987, p. 223).

Ipê: “corr. Y-pé ou yb-pé, a árvore cascuda. (Tecoma /pé).” (SAMPAIO, 1987, p. 251).

Jabuticaba: “corr. *Yabutf-caba*, a gordura do cágado. [,,] Considerado como corrupção de *yabutf-guaba*, quer dizer comida de cágado; se, porém, como opina Batista Caetano, for composto de *yamboticada*, significa fruto em botão, ou abotoamento de frutos. (*Eugenia caulijlora*).” (SAMPAIO, 1987, p. 262).

Jequitibá: “corr. *Yikí-t-ybá*, o fruto de *jiqui*, isto é, fruto com a forma de covo. O fruto do jiquitibá é pequeno e afunilado à semelhança de *jiqui*. É a árvore gigante do Brasil. (*Couratari legalis*).” (SAMPAIO, 1987, p. 269).

Macaxeira: “corr. *Macaiêra*. O aipim, que se comia assado, chamava-se *aipi-macaieira*, que, por corrupção, se passou a *aipi-macacheira*.” (SAMPAIO, 1987, p. 274).

Mandioca: “corr. *Many-oga*, o que procede da *manyba* ou *mandyba*. É a raiz ruberosada planta *Jatropha manihot*. (SAMPAIO, 1987, p. 277).

Pitanga: “adj. Vermelho, corado; finno, delicado, macio; a cútis fina; s. a criança, o menino. Vale o mesmo que *piranga*. É o nome da fruta ácida de pele delicada e corada da *Eugenia uniflora*.” (SAMPAIO, 1987, p. 304).

Samambaia: “corr. *Çama-mbai*, o trançado de cordas; cordas entrelaçadas formando parapeito; cordas emaranhadas; alusão à trama confusa dessas plantas sociais, invasoras (*Felix herbacea*).” (SAMPAIO, 1987, p. 311).

Sapê: “corr. *Eçá-pé*, ver caminho, aluminar. É a gramínea conhecida de que se fazem fachos e tetos de habitação (*Saccharum sapê*).” (SAMPAIO, 1987, p. 312).

3.4.3 Vocábulos de origem tupi na toponímia paulista

Araçariguama: “s.c. *Araçari-guama*, o comedouro ou cevadouro de tucanos *araçaris*. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 197).

Araçatuba: “corr. *Araçá-tyba*, o sítio dos araçás, onde há araçás em abundância. Alt. *Araçatiba*. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 197).

Araraquara: “s.c. *Arara-quara*, o refúgio ou paradeiro das araras. São Paulo. É também uma árvore alta, entre as leguminosas, no Amazonas.” (SAMPAIO, 1987, p. 199).

Atibaia: “s.c. *Atyb-aia*, o pomar saudável. V. *Atiba*. Em outrora se escrevia *Tybaia* ou *Thibaia*, caso em que cabe diversa interpretação. *Tybaia* igual a *tyb-aia*, vale dizer, sítio saudável. São Paulo. Outra interpretação ainda pode caber *Tybaia* igual a *ty-b-aia*, que se traduz manancial saudável.” (SAMPAIO, 1987, p. 202).

Avaré: “*ABARÉ* s.c. *Abá-rê*, amigo da gente; afeiçoado ou dedicado ao homem; *abá-ré* pessoa diferente, sobrenatural. É como os índios chamavam o padre ou missionário. Alt. *Avaré*. São Paulo, Ballia, etc.” (SAMPAIO, 1987, p. 188).

Bariri: “*VIRURY* corr. *Birury* ou *birury*, a corredeira, a cachoeira. Alt. *Ba-riry*, Bariri.” (SAMPAIO, 1987, p. 344).

Bauru: “corr. *Ybá-uró*, o cesto de frutas. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 204).

Borborema: “corr. De *por-por-eyma*, procedente de *pora-poraeyma*, que significa privado de moradores, sem habitantes (*pora*); o deserto, a solidão, o sertão.” (SAMPAIO, 1987, p. 208).

Botucatu: “corr. *Ybytú-catú*, bons ares, clima bom. Alt. Ubutucatú, Butucatú. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 208).

Buritama: “corr. *Burí-tama*, a região dos *buris*.” (SAMPAIO, 1987, p. 209).

Cabreúva: “corr. *Caburé-yba*, a árvore do *caburé*. Alt. *Caburehyba*, *Cabureúba*, Cabureuva. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 211).

Catanduva: “corr. *Caatã-dyba*, o local do mato ralo, ou do cerrado; terreno seco com mato de inferior qualidade. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 220).

Guaratinguetá: “corr. *Guirá-ting-etá*, os pássaros-brancos, as garças. São Paulo. [...] Em velhos documentos se encontra *Guiratinguetá*.” (SAMPAIO, 1987, p. 239).

Guariba: “corr. *Guar-ayba*, o indivíduo feio; a gente ruim. Designa uma casta de macacos (*Mycetes*). Alt. *Guariva*, *Guarf*.” (SAMPAIO, 1987, p. 239).

Ibaté: “c. *Y -ibaté*, o alto, o cume. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 244).

Ibirá: “corr. *Ybyrá*, o pau, a árvore, a madeira, o tronco, toro, viga, vara. Alt. *Imirã*, *myrã*, *byrã*, *mará*, *pará*, *burã*, *uarã*, *vará*. (SAMPAIO, 1987, p. 244).

Ibitinga: “corr. *Yby-tinga*, a terra branca; o barro branco. Alt. *Ibitin*.” (SAMPAIO, 1987, p. 246).

Irapuã: “corr. *lra-apoã*, o mel levantado, ou abelheira erguida, assentada no alto.” (SAMPAIO, 1987, p. 253).

Itapetininga: “c. *Itápé-tinga*, a laje enxuta. Pode também o nome proceder de *y-t-apé-tinga*, que vale dizer o caminho d'água ou o vau seco, o passo raso. Alusão à passagem do córrego que vizinha a cidade deste nome, do lado do Sul. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 259).

Itapeva: “c. *Itá-peba*, a pedra rasteira, a laje, o penedio. Alt. Itapeva, Itapé.” (SAMPAIO, 1987, p. 258).

Itaporanga: “c. *Itá-poranga*, a pedra bonita. *Itaporã*, *Itaborã*. (SAMPAIO, 1987, p. 259).

Itu: “corr. *Y-tú*, a queda d'água; o salto, a cachoeira. São Paulo. Alt. *Outú*, *Uitú*.” (SAMPAIO, 1987, p. 261).

Jaú: “ou *Jahú*, corr. *Ya-ú*, aquele que devora; é o grande peixe fluvial (*Platystoma*), frequente no Rio Tietê, como nos rios da bacia do Rio da Prata. São Paulo, Mato Grosso, Goiás. É o mesmo *sorobim*, do Rio São Francisco e outros rios do Norte.” (SAMPAIO, 1987, p. 269).

Paraguaçu (Paulista):

Paranapanema: “c. Paranã-plinema, o caudal imprestável, impraticável. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 295).

Pindamonhangaba: “c. *Pindá-monhangaba*, a fábrica ou oficina de anzóis. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 300).

Piracaia: “corr. *Pira-quaiá*, o cardume de peixes. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 301).

Piracicaba: “corr. *Pirá-cycaba*, a colheita ou tomada do peixe . Designa lugar, que, por acidente natural do-leito do rio, não deixa o peixe passar e favorecer a pesca. Um salto ou queda-d'água é uma *pirá-cycaba*. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 301).

Pirassununga: “corr. Pirá-cynynga, o peixe rumorento, ou o ronca-peixe. São Paulo. Alt. Piracininga, Piracinunga.” (SAMPAIO, 1987, p. 303).

Piratininga: “c. *Pirá-tinga*, o peixe a secar; o seca-peixe. Designa rio que, por efeito dos transbordamentos, deixa peixe fora e o deixa em seco, exposto ao sol. É a explicação de Anchieta. Alt. *Piratinim*, *Piratiny*. São Paulo, Rio Grande do Sul.” (SAMPAIO, 1987, p. 303).

Sorocaba: “s.v. *Çorocaba*, a ruptura, o rasgão, em alusão às rasgaduras naturais do solo, em tomo da cidade. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 315).

Sumaré: “corr. *Çumã-ré*, tende a ligar, o liguento; o grude, a cola. É a orquídea *Lytopodium glutiniferum*, Baddi, que dá um suco como cola, muito usado no fabrico de instrumentos de corda.” (SAMPAIO, 1987, p. 317).

Tabatinga: “corr. Tauá-tinga, o barro branco, o barreiro de argila branca.” (SAMPAIO, 1987, p. 318).

Taiacu: “corr. Tãi-açú, o dente grande.” (SAMPAIO, 1987, p. 327).

Taquaritinga: “c. Taquarí-tinga, o taquari branco.” (SAMPAIO, 1987, p. 325).

Taubaté: “corr. *Taba-etê*, a aldeia grande, considerável. São Paulo. Alt. *Tauaeté*, *Tabaté*.” (SAMPAIO, 1987, p. 327).

Tiete: “c. *Tiê-etê*, o verdadeiro *tiê*. Pode o mesmo vocábulo proceder de *ty-etê* que significa rio bastante fundo, rio verdadeiro, considerável. São Paulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 329).

3.4.4 Outros vocábulos brasileiros de origem tupi

Biboca: “corr. *Yby-boca*, o chão fendido ou sulcado; a terra rachada; barro fendido ou gretado. Designa o casebre barreado, caso em que o vocábulo biboca pode proceder de *yby-b-oca*, que se traduz literalmente casa de barro.” (SAMPAIO, 1987, p. 205).

Caboclo: “corr. *Caá-boc*, tirado ou procedente do mato.” (SAMPAIO, 1987, p. 211).

Caipora: “corr. *Cai-pora*, o que tem fogo; o que queima. Pode proceder também de *caí-pora* que significa o que tem acanhamento, ou que é corrido. Pode proceder ainda de *caá-pora*, o morador do mato, o habitante da mata, o matuto, agreste.” (SAMPAIO, 1987, p. 212).

Catapora: “corr. *Tatá-pora*, o fogo interno; o afogueamento; a febre eruptiva; erupção. (SAMPAIO, 1987, p. 220).

Cumbuca: “corr. *Cuia-mbuca*, a cabaça furada.” (SAMPAIO, 1987, p. 224).

Curupira: “s. Curupyra, o chagado, o indivíduo coberto de pústula. Nome de um gênio da mitologia selvagem, que presidia aos maus sonhos e pesadelos.” (SAMPAIO, 1987, p. 228).

Jururu: “corr. Yurú-rú, pescoço pendido, declinado; o que está triste; o calado.” (SAMPAIO, 1987, p. 273).

Mingau: “c. Mingá-ú, ou monga-ú, o comer visguento, as papas ralas da mandioca. O Pe. Figueira escrevia - mingau, mais confoi; me a etimologia do vocábulo.” (SAMPAIO, 1987, p. 282).

Paçoca: “corr. *Po-çoca*, gerúndio-supino de *poçoc*, esmigalhar, desfiar, esfarinhar. Poçoca é, pois, o desfiado, o esmigalhado, o esfarinhado.” (SAMPAIO, 1987, p. 282).

Pereba: “s. A cicatriz, a ferida com casca, a ferida velha, a mancha da sarna.” (SAMPAIO, 1987, p. 298).

Peteca: “Gerúndio-supino de *peteg*, bater, dar golpe; peteca é, pois, a batida, tangida, a péla.” (SAMPAIO, 1987, p. 298).

Pipoca: “corr. *Py-poca*, a epiderme partida ou estalada; o grão de milho que arrebenta em flor por efeito da torra.” (SAMPAIO, 1987, p. 301).

Pororoca: “Gerúndio-supino de pororog, o que arrebenta com estrondo, o estouro.” (SAMPAIO, 1987, p. 306).

Tocaia: “s. A espera da caça, junto da toca, ou fojo.” (SAMPAIO, 1987, p. 331).

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de nossa pesquisa bibliográfica, foi traçada uma trajetória histórica do desenvolvimento e popularização da língua tupi dentro do território brasileiro. Por ter sido essa a língua falada pelos antigos habitantes da costa do Brasil, com os quais os colonizadores portugueses fizeram seus primeiros contatos, ela esteve desde o princípio inserida nas relações entre índios e brancos. Com a chegada dos jesuítas em território nacional, os mesmos aprenderam e sistematizaram essa língua de uma forma que, através dela, pudessem escrever seus textos catequéticos e ensinar outros missionários.

As pequenas aldeias que os jesuítas formavam tinham o predomínio linguístico do uso do Tupi Antigo. Desses agrupamentos surgiram grande parte dos mamelucos, filhos de mulheres indígenas com pais portugueses. A ausência de mulheres portuguesas favorecia que exploradores portugueses acabassem por se relacionar com as mulheres indígenas e tais uniões eram aprovadas pelos padres jesuítas, desde que seguissem as tradições do matrimônio cristão, para a promoção da construção de uma população católica nas terras brasileiras.

Entre esses mamelucos surgiram os primeiros bandeirantes, que reunindo um número massivo de pessoas, cada um com uma função determinada, avançavam em direção ao interior do Brasil em busca de riquezas. Por terem, ao mesmo tempo, o conhecimento das matas por conta de sua linhagem indígena e o ideal mercantilista de seus pais portugueses, os bandeirantes foram os responsáveis por desbravar as regiões interioranas do Brasil, onde, até então, era quase nula a presença da Coroa Portuguesa. A língua que se falava entre os bandeirantes era uma forma de língua tupi que foi influenciada pela língua portuguesa, o *nheengatu*, também chamado de Língua Geral Paulista, que era a variação falada nas regiões ao sul do território, e Língua Geral Amazônica, predominantemente falada na região norte.

Tal língua foi muito mais falada pelos habitantes do território brasileiro do que a própria língua portuguesa até meados do século XVIII, devido a expansão que os bandeirantes trouxeram para a mesma. O português só começou a se consolidar no país a partir do decreto emitido pelo então Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino de Portugal, o Marquês de Pombal, que expulsou os jesuítas, que até aquele momento eram os grandes responsáveis pela educação, não somente religiosa, mas também pelo ensino formal no país, e proibiu que fosse veiculada qualquer outra língua dentro dos territórios da Coroa senão o português.

A partir desse ponto, pouco a pouco, as populações do Brasil se obrigaram a aprender a língua dos colonizadores.

No entanto, a forma rudimentar pela qual a língua portuguesa foi aprendida, especialmente nas regiões mais interioranas, afastada dos grandes centros urbanos de presença imperial, favoreceu para que inúmeros traços da língua pré-existentes influenciassem o processo de assimilação da nova língua entre os falantes.

Um destaque especial se dá para as regiões interioranas do estado de São Paulo. Alguns fatores favorecem para que a língua tupi, em especial, se prevalecesse com uma forte presença de substrato no dialeto típico da região, também conhecido como dialeto caipira. Tal território foi, originalmente, ocupado por povos indígenas que, em sua maioria, eram tupis. Nos mesmos locais surgiram os primeiros assentamentos jesuíticos que, por sua vez, empregavam o Tupi Antigo como instrumento linguístico de convivência e catequese. De lá partiram os principais bandeirantes, filhos de índias com portugueses, carregando a língua tupi (com variações que já eram influenciadas pela língua portuguesa) por todos os territórios que desbravavam.

Essa presença histórica marcante da língua tupi dentro do estado de São Paulo concomitou em influências significativas da mesma nas variações linguísticas do português faladas pelos seus habitantes. Nessa pesquisa, foram fundamentadas algumas dessas influências, que são as adaptações fonéticas das consoantes líquidas, os encontros consonantais, a simplificação das flexões nominais de plural e das flexões verbais. Além dos aspectos fonéticos e morfológicos, apresentamos uma lista com as principais palavras do léxico paulista caipira que são de origem tupi.

Foi registrada, ainda, uma análise de alguns trechos de transcrições de entrevistas realizadas junto à população da zona rural de Taubaté presentes na obra “Filologia Bandeirante” (MAGALE, 2000) nas quais constatamos um nível de estado mais recente do dialeto caipira afim de averiguar a presença dos fenômenos linguísticos analisados, reafirmando, assim, como influências linguísticas que se remetem, historicamente, à língua tupi, estão presentes até os dias de hoje no linguajar da população do interior de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria R. C. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- AMARAL, Amadeu, **O Dialeto Caipira / Gramática–Vocabulário**, Prefácio de Paulo Duarte, Editora Anhembi Limitada, São Paulo, 1955.
- ANCHIETA, José de. **Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Edição fac-similar. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- ANDRADE, Oswald de. **O manifesto antropófago**. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.
- ANDRADE, Mário. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Martins, 1979.
- BACELAR, Laércio Nora; GÓIS, Marcos L. S. **A produtividade do léxico tupinambá no português do Brasil**. Signótica. Goiânia-GO, v. 09, p. 105-118, 1997.
- BAGNO, Marcos; RAGEL, Egon O. **Tarefas da educação linguística no Brasil**. Rev. Brasileira de Linguística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v5n1/04.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- CUNHA, Antônio G. **Dicionário etimológico (Nova Fronteira) da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- CUNHA, Antônio G. **Dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 199
- FREIRE, José Ribamar B. **Cinco ideias equivocadas sobre os índios**. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/patobranco/arquivos/File/Permanente/Educacao%20Indigena/Cinco.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- GOMES, Nataniel dos Santos. **Observações sobre o tupi antigo e a língua portuguesa**. In: Almanaque CiFEFIL 2004. Rio de Janeiro: CiFEFIL, 2005. CD-ROM.
- GOMES, Nataniel dos Santos. **A Gramática do tupi antigo**. In: Almanaque CiFEFIL 2004. Rio de Janeiro: CiFEFIL, 2005. CD-ROM.
- GOMES, Nataniel dos Santos. **Síntese da Gramática tupinambá**. In: Almanaque CiFEFIL 2004. Rio de Janeiro: CiFEFIL, 2005. CD-ROM.
- NETO, W. F. (1993). **Aspectos da influência do adstrato tupi no léxico do português do Brasil**. *Linha D'Água*, (8), 23-30. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i8p23-30>
- OLIVEIRA, Gilvan M. **O que quer a linguística e o que se quer da linguística: a delicada questão da assessoria linguística no movimento indígena**. Cadernos Ceres, n. 49: Educação Indígena e Interculturalidade. dez. 1999. p. 26-38

RIBEIRO, Darci. **O Povo brasileiro.** A formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

ROBL, Affonso. **Alguns problemas da influência tupi na fonética e morfologia do português popular do Brasil.** Revista Letras, v. 34, 1985. p. 155 – 179.

SAMPAIO, T. 1987. **O tupi na geografia nacional.** Brasiliiana, Rio de Janeiro.